

“VOU PARA A CIDADE ESTUDAR” - OLHARES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO MEIO RURAL NO MEIO URBANO

Ademir Divino Vaz ¹ – (PQ)

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás – ademir.vaz@ueg.br

Resumo: O texto em questão é resultado de uma pesquisa desenvolvida entre 2019 e 2021 na Universidade Estadual de Goiás (UEG). A pesquisa apresenta como objetivo conhecer a realidade escolar de alunos do Ensino Médio, que residem na área rural no município de Ipameri, sudeste de Goiás, e se deslocam nos dias letivos de localidades rurais para estudarem em uma escola urbana. Procura entender o espaço escolar que abarca as realidades desses alunos tendo como sujeitos da pesquisa os próprios alunos. Como metodologia procurou-se inicialmente, embasamento teórico sobre o tema, e na sequência, a aplicação de entrevista com membros do Colégio, para averiguar e obter informações pertinentes à pesquisa, bem como a aplicação de questionários aos alunos. Os resultados mostraram a representação que os alunos têm sobre a instituição escolar. São vários desafios enfrentados por esses alunos para se deslocarem do campo para a cidade e quanto à atenção que a instituição escolar dá às particularidades culturais desses alunos é algo pouco expressivo.

Palavras-chaves: Educação. Escola. Ipameri. Interculturalidade.

Introdução

A produção textual em questão visa apresentar as atividades desenvolvidas e resultados do projeto de pesquisa O RURAL NO URBANO OU O URBANO NO RURAL? – *Alunos do Ensino Médio do meio rural no meio urbano no Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini em Ipameri/GO.*

Diversidades e pluralidade étnica marcam a sociedade brasileira, produtos de um processo histórico, o qual inseriu, num mesmo território, grupos distintos, favoreceu o intercurso de culturas, levando à construção de um país miscigenado com uma unicidade marcada pelo antagonismo. Dessa maneira, as diferenças se acentuaram. Nessa perspectiva, buscou-se por meio desta pesquisa compreender como são construídas as relações sociais no espaço da escola.

Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização de meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores. Nas sociedades "modernas", criou-se uma sistematização desse saber. Esse *locus* de conhecimento foi denominado Escola, constituindo-se num sistema aberto que passou a fazer parte da superestrutura social, construída pelas crescentes influências da cultura.

A esse respeito, Candau (2003), salienta que as relações entre educação, sociedade e cultura não são novas devido as reflexões sobre a educação e a escolarização ao longo dos tempos, porém nas últimas décadas essas relações vêm adquirindo uma nova configuração:

Um novo “olhar”, uma nova leitura vem se desenvolvendo e conquistando, na literatura internacional e nacional, cada vez mais importância e visibilidade. O impacto dos fenômenos e situações de confronto sociocultural suscitados ou reforçados pela chamada globalização constitui um dos principais detonadores de uma nova sensibilidade, de um modo diferente de nos situar diante das relações entre educação e cultura (s). (139)

Para a autora, a perspectiva intercultural analisa a diversidade cultural, não concebendo as culturas como estados, como entidades independentes e homogêneas, mas a partir de processos, de interações, de acordo com uma lógica da complexidade. Trata-se de uma orientação que se situa na fronteira entre o saber e a ação e se configura como uma maneira de indagação específica e não um determinado campo de aplicação. (Candau, 2003:147). Ainda, para a autora a interculturalidade é um processo permanente:

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los. (148)

Mas até que ponto a escola estaria dialogando com a interculturalidade em suas práticas cotidianas? Qual o tipo de cidadão que estaria sendo construído nesse espaço? Ao observar a dinâmica escolar em suas diferentes dimensões no seu contato com alunos oriundos tanto do meio urbano quanto rural que problemas são identificados? Quais demandas surgem? Esse processo de interculturalidade é realmente percebido e vivido pelos alunos em suas experiências escolares?

Nessa perspectiva, a pesquisa procurou reconhecer os tipos de relações existentes entre alunos da área urbana e alunos do meio rural dentro da escola, observando se as mesmas ocorrem a partir de um “conhecimento” estereotipado da sua cultura ou a partir de um conhecimento interculturalista que valoriza a diversidade

social. A pesquisa foi desenvolvida com alunos do Ensino Médio (três turmas -1º, 2º e 3º ano) do turno vespertino do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini localizado na área urbana da cidade de Ipameri, sudeste do estado de Goiás.

Material e Métodos

Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa destaca, inicialmente, a análise das referências bibliográficas referentes ao tema da pesquisa. Também foi realizada pesquisa, para coleta de dados, no site do IBGE. Foram, ainda, coletados dados junto à Secretaria Municipal de Educação de Ipameri.

Na sequência foi construída uma relação amistosa entre o pesquisador e o local de pesquisa. Contatos foram mantidos com a Gestão do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, na pessoa do Diretor Divino Camilo, também com a secretaria do Colégio, na pessoa da Secretária do Colégio, senhora Laurinda, de onde coletamos os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente, foi o momento de ouvir os sujeitos da pesquisa. Devido a suspensão das aulas presenciais, durante o período de mais de 1 ano envolvendo o período da pesquisa, devido a pandemia da COVID-19, ficamos impossibilitado de realizar os encontros presenciais com os alunos. Porém o contexto da pandemia não impediu o contato de forma virtual com os alunos. Assim, foi aplicado um questionário via *Google Forms* para um grupo de alunos, da 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio do turno vespertino do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, cumprindo assim o que estava proposto no projeto de pesquisa.

Resultados e Discussão

A cidade de Ipameri (cidade onde realizou-se a pesquisa) está localizada na região sudeste do Estado de Goiás, aproximadamente 200 km de distância da capital Goiânia. De acordo com IBGE (2019) o município tem uma população estimada de 26.985 habitantes distribuída em uma área territorial de 4.369 km². Sendo que aproximadamente 88% da população residem na zona urbana e 12% na zona rural. As principais atividades econômicas do município são a agricultura e pecuária. Possui também um comércio variado e passa por um recente processo de industrialização.

Quanto a Educação, a taxa de escolarização de Ipameri de 6 a 14 anos de idade é de 97,4%. O município conta com 14 escolas de Ensino Infantil, 17 escolas com Ensino Fundamental e 5 escolas de Ensino Médio. De acordo com o Censo Escolar de 2018 o município teve 1.303 matrículas no Ensino Infantil, 3.351 matrículas do Ensino Fundamental e 790 alunos matriculados no Ensino Médio. Essas matrículas representaram, aproximadamente, 20% da população do município.

De acordo como o último censo demográfico (2010), realizado pelo IBGE, a situação domiciliar do Município de Ipameri é de 21.336 pessoas na área urbana e de 3.399 na área rural. Sendo que 863 habitantes da zona rural tinham idade entre 5 e 19 anos.

Acompanhando as políticas públicas a nível Nacional e Estadual, o município de Ipameri, foi reduzindo o número de escolas rurais nos últimos anos. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação atualmente o município tem apenas 4 (quatro) escolas rurais. Elas estão localizadas uma no Distrito de Cavalheiros, duas no Distrito de Domiciano Ribeiro e a outra na Região do Lago Azul.

Sabe-se que o acesso à educação é um direito garantido na Constituição Federal a todos os brasileiros, e é dever do Estado garantir o cumprimento desse direito, mas no meio rural ou em locais de difícil acesso o direito à escola depende do cumprimento de outra obrigação: a oferta de transporte escolar, sendo a condição básica para que o aluno possa estudar. Com o objetivo de garantir esse direito, o governo federal por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação, criou uma política para o transporte escolar. Essa política é desenvolvida por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) que garante o repasse de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para ajudar nas despesas com o transporte dos alunos que moram na zona rural e utilizam o transporte escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) também reforça esse direito colocando o transporte escolar como uma das obrigações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Devido ao reduzido número de escolas rurais, uma grande parte dos alunos da rede municipal e estadual residentes na zona rural de Ipameri, necessitam e utilizam do transporte escolar, cabendo então ao Município esta responsabilidade nos termos das legislações nacionais, estaduais e municipais.

Dentre as Escolas urbanas de Ipameri que recebem alunos da zona rural, encontra-se o Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, localizado na área central da cidade. Esse Colégio disponibiliza todas as séries do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio nos turnos matutino e vespertino. Em 2020 o Colégio recebeu mais de 400 matrículas. O Colégio recebe todos os anos uma considerável parcela de alunos oriundos da área rural. Para facilitar a locomoção para a cidade, esses alunos estudam no turno vespertino. Por isso, o turno vespertino é constituído por aproximadamente, média dos últimos anos, mais de 50% de alunos residentes na zona rural.

Como nossa pesquisa foi realizada com os alunos do Ensino Médio apresenta-se a seguir apenas dados atuais dos alunos matriculados nesse seguimento.

Em 2020 o Colégio teve matriculados 145 alunos no Ensino Médio, sendo 86 no turno matutino e 59 no turno vespertino. Desses 59 alunos do turno vespertino, 34 são alunos da área rural, o que representa em torno de 58% dos alunos matriculados no ensino médio no turno vespertino. Destes 34 alunos, sujeitos da nossa pesquisa, conseguimos obter respostas escritas, quanto a pesquisa, de 10 alunos, o que representou quase 30% dos alunos envolvidos na pesquisa.

No período de fevereiro a maio de 2021, aplicou-se um questionário aos alunos. Este questionário procurou identificar, inicialmente o perfil da Escola e do aluno; as dificuldades enfrentadas pelos alunos da área rural para estudar na cidade; a presença deles na escola; a importância dos estudos para a vida cotidiana destes alunos; perspectivas quanto aos estudos na escola urbana. Os resultados foram sistematizados e estão apresentados em texto e representados em gráficos. Assim, a representação cartográfica constituiu-se num recurso metodológico utilizado para a apresentação final da Pesquisa.

Quem é esse aluno da área rural e que se desloca para estudar numa escola localizada na área urbana? Como ele vê a dinâmica da escola e das aulas? Quais elementos dessa visão dos alunos podem ser válidos para refletir e avaliar as relações

construídas no contato dos alunos da área rural e da área urbana dentro de uma instituição escolar? Essas perguntas são subsidiadas pela compreensão de que os alunos não são sujeitos sem identidade, sem perfil ou sem história. São estudantes, predominantemente, jovens e, em menor número, adultos de classe popular. São filhos de trabalhadores rurais que, em sua grande maioria (mais de 70%) sempre moraram na área rural.

No que se refere aos estudos destes jovens e suas presenças às instituições escolares, mas de 85% dos entrevistados nunca estudaram em escolas rurais. Ou seja, uma grande maioria sempre descolou de suas casas, localizadas na zona rural, para estudar em escola urbana. Esses dados é o resultado das políticas públicas a nível Nacional, Estadual e Municipal que reduziu o número de escolas rurais nos últimos anos. Como já citado, anteriormente segundo, a Secretaria Municipal de Educação atualmente o município tem apenas 4 (quatro) escolas rurais.

Ao fazer o deslocamento da área rural para a cidade, este aluno enfrenta diversos desafios. Dentre os desafios destacados pelos alunos estão: tempo gasto para o deslocamento e dependência de transporte. As aulas deles começam às 13 horas, porém, a maioria dos entrevistados responderam que, durante as aulas presenciais, saem de casa a partir das 10h e 30, ou seja, duas horas e trinta minutos antes do início das aulas. Isso provoca fazer a refeição do almoço bem cedo e além de ter pouco tempo para realizarem suas atividades pela manhã. Aliás, o mesmo ocorre após as aulas. Estes alunos chegam em casa entre 19h e 30 e 20 horas. Depoimentos comuns, quanto as dificuldades enfrentadas para deslocar para a cidade foram: *é cansativo; chegava às vezes atrasado na escola; o transporte estragava muito; tínhamos que ir apertados numa van só; não tem tempo para quase nada.*

Assim, talvez, devido às essas dificuldades, o olhar de mais da metade dos entrevistados quanto ao momento de ir para escola é encarado como: momento ruim, cansativo e de ansiedade.

Já no que se refere à presença dos alunos da área rural no ambiente escolar urbano verificou-se que mais de 57% dos entrevistados consideram o momento em que estão em sala de aula como momentos alegres e divertidos. Quanto aos

momentos em que estão no recreio ou antes e depois das aulas, mais de 70% consideram como situações ou momentos alegres e divertidos.

Quanto à presença deles (alunos do meio rural) juntos com alunos urbanos, a maioria respondeu que essa relação se dá de forma respeitosa e que nunca sofreu preconceito, discriminação ou bullying por morar na área rural. Porém, mais de 14% dos entrevistados afirmaram que já sofreu algum ato de preconceito, discriminação ou de bullying na escola por morarem na área rural. Estas situações, segundo os entrevistados, ocorreram por meio de conversas e comentários de alunos da cidade relacionados a chegada na Escola muito cedo (antes do horário do início das aulas) e/ou ao tipo de transporte que os deixavam na porta da Escola.

Quando indagamos se nas aulas do Ensino Médio eles estudam ou já estudaram conteúdo ou temas relacionados com o meio rural, a resposta para mais de 70% foi que sim, ou seja, já estudaram assuntos relacionados ao espaço rural. Segundo os alunos os temas mais trabalhados nas aulas são: *agricultura, pecuária, questões ambientais, o agronegócio na economia brasileira, cerrado* e outros.

Quanto a valorização e reconhecimento do meio rural por parte dos professores, também, mais de 70% já presenciaram seus professores valorizando ou falando bem do meio rural. Porém, quando indagados sobre o estudo de algum conteúdo ou tema que lhe serviu para as suas atividades diárias no meio rural a resposta é assustadora. Mais de 57% disseram que nunca estudou um conteúdo que serviu para as suas atividades no meio rural e mais de 42% afirmaram que isso ocorreu poucas vezes. Esse é um aspecto importante para o aluno ser acolhido e manifestar seus saberes culturais, políticos, econômicos e sociais. Observa-se um grande interesse dos alunos pelos temas do seu cotidiano, e quando os professores dão ênfase a essa questão o interesse dos alunos se torna maior quanto a aprendizagem.

Talvez a escola encontra dificuldades de mostrar aos alunos a presença, de vários temas estudados em sala de aula, no cotidiano deles ou talvez os alunos acham que os temas estudados na escola não estão relacionados ao seu dia a dia. Quando os alunos acham que não aprenderam nada, ou que não sabem como utilizar o que aprenderam, ocorre o que Castrogiovanni (2007 p. 45) chama de exclusão interna da

escola. Para o autor, o aparecimento dessa exclusão ocorre devido aos temas enfadonhos e a compartimentação do saber advindo da ruptura da cultura escolar sobreposta no currículo.

E a escola? Como essa instituição é encarada e vista em relação a presença de alunos do meio rural juntos com alunos do meio urbano? Qual foi a representação dos alunos entrevistados? Para mais de 50% a escola valoriza os alunos da área rural e para mais de 40% isso ocorre as vezes. Já em relação ao tratamento dado pela escola aos alunos das duas áreas, 42% consideram que o tratamento da escola para os alunos do meio rural é o mesmo dado aos alunos do meio urbano. Mas, para os outros, quase 60%, isso não ocorre, alguns destacaram que as vezes ocorrem tratamentos diferentes e outros acreditam ser diferentes o tratamento dado pela escola.

Ao indagar os alunos do meio rural sobre a possibilidade de escolas próximas de suas casas, ou seja, se tivesse uma escola com a série escolar dele na área rural, se ele estudaria nesta escola a resposta foi bem dividida. Pouco mais de 50% disseram que não estudaria, preferia estudar na cidade e quase 50% responderam que sim, que estudaria na escola rural.

Um aspecto importante e necessário numa instituição escolar, e em qualquer outro lugar de diversidade, é reconhecer e valorizar saberes e experiências. Segundo Castrogiovanni (2007 p. 43), o sujeito aluno tem consigo uma grande quantidade de experiências e de conhecimentos que podem estar sistematizados ou não. Para o autor, a escola deve aproveitar, problematizar e textualizar essas vivências para que ocorra a inserção da vida na escola. Assim, no que se refere aos saberes e experiências dos alunos da área rural na escola, indagou sobre se a escola valoriza ou não os saberes e experiências dos alunos que moram na área rural, e as respostas foram: mais de 42% disseram que a escola não valoriza seus saberes e experiências; 28% consideram que as vezes a escola valoriza e apenas 28% responderam que a escola valoriza os saberes e experiências dos alunos que moram no meio rural.

Sabe-se que a escola se torna um espaço da diversidade social, econômica e cultural por receber alunos de formação social, econômica e cultural diferentes. Nesse espaço cabe a escola estabelecer e construir relações com esses diferentes

sujeitos da área rural e urbana. A partir destas respostas percebe-se que nem sempre a escola, enquanto instituição escolar consegue interagir com essa diversidade.

Considerações Finais

Inicialmente, ainda na etapa da pesquisa bibliográfica, ficou entendido a relação entre Escola e Interculturalidades, também, foi possível compreender as políticas educacionais para os alunos do meio rural que estudam em escolas urbanas. Após a fundamentação teórica e a aplicação do questionário percebeu-se que, de um lado, uma boa parte dos alunos afirmaram que nunca sofreram preconceitos, discriminação ou bullying por serem alunos do meio rural, porém existe sim, uma parcela que já sofreu e também já presenciou outro sofrendo.

Ainda, ficou evidente que uma boa parte dos alunos não consegue perceber e ou relacionar temas estudados em sala de aula com o seu cotidiano, ou talvez a escola não consiga proporcionar isso aos seus alunos. A pesquisa também mostrou que os saberes e experiências dos alunos do meio rural nem sempre são valorizados pela escola, esse talvez seja, no nosso ponto de vista, o maior desafio para que realmente exista uma interculturalidade entre alunos do meio rural e alunos do meio urbano na instituição escolar.

Acredita-se que a pesquisa conseguiu enriquecer a produção científica e promover um maior diálogo entre a UEG e a comunidade regional, no sentido de conhecer a realidade de culturas diferentes no espaço escolar.

Agradecimentos

Agradecimentos a Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás pela análise e aprovação do projeto, a gestão do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini em Ipameri pela possibilidade de aplicação da pesquisa, bem como, especialmente, aos sujeitos da pesquisa, os alunos do meio rural que deslocam para estudar na cidade.

Referências

CANDAU, Vera Maria. Didática e Interculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V. M. S. de S. e SOUSA, L. F. E. C. P. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de Geografia na pós-modernidade. In: REGO, N; CASTROGIOVANNI, A.C.; KAERCHER, N.A. (Orgs.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Figazzola Pimenta e Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999. Título original: La Géographie Culturelle, 1995.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia et al. **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas SP: Mercado de Letras, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDALL, Z. L. (org.) et al. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, ED-UERJ, 1999. p. 169-189.

LINHARES, Célia Frazão et al. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MEC – BRASIL – **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Secretaria de Educação Básica, 2016.

PENIN, Sônia T. de Sousa. **A aula: espaço de conhecimento, Lugar de cultura**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2003.

PORTELLIN, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho - algumas reflexões sobre a ética na História oral**. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC n.º 15, abr/1997. p. 13-49.